

## **RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** **EDITAL Nº.22/2022**

**PROCESSO Nº 23228.001776.2022-00**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – Limpeza e conservação.**

Nesta data, o Pregoeiro realizou análise dos pedidos de esclarecimentos com apoio técnico da equipe de planejamento da contratação, oportunidade em que foi proferida a seguinte resposta:

### **1. DO RELATÓRIO**

1.1. O presente pedido trata de esclarecimentos quanto ao edital do Pregão Eletrônico nº 22/2022, que possui como objeto o registro de preços para contratação de serviço de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos *campi* do IFAP.

1.2. Intempestivamente no dia 16/11/2022, a empresa GIBSON & REGIO LTDA – EPP apresentou pedido de esclarecimento quando às características da contratação, mesmo assim a equipe de planejamento da contratação respondeu da seguinte forma.

1.3. É o relatório.

### **2. DAS RESPOSTAS**

2.1. Diante dos questionamentos, consultamos a equipe de planejamento da contratação, a qual nos respondeu às solicitações com as seguintes informações:

2.2. A empresa GIBSON & REGIO LTDA – EPP solicitou o seguinte esclarecimento:

– Pergunta 1: O item 9.1.17 do Termo de Referência, determina que os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso. PERGUNTA-SE: Qual será o percentual de depreciação utilizado para esses equipamentos? Para que haja isonomia entre as propostas dos licitantes?.

– Resposta à pergunta 1: O edital e seus anexos não fazem referência a percentual de depreciação, sendo um controle próprio da contratada, quanto aos seus equipamentos. A exigência é a entrega de equipamentos novos e de primeiro uso, tendo em vista que o custo estimado constante no termo de referência para materiais e equipamentos, corresponde a pesquisa de mercado para bens novos.

– Pergunta 2: O Edital no seu item 8.5 veda expressamente a inclusão da rubrica RESERVA TÉCNICA, porém no TR no item 9.1.18 informa que eventual falta de material ou equipamento imprescindível, não discriminado pela ADMINISTRAÇÃO, deverá ser imediatamente suprida, pela alocação de reserva técnica. PERGUNTA-SE: Poderá ser incluída ou não a rubrica concernente a RESERVA TÉCNICA, com a finalidade de suprir a falta de equipamentos não discriminados pela Administração? E se inclusa essa rubrica, qual o percentual máximo permitido, uma vez que o atendimento da referida falta de equipamento será uma situação do acaso.

– Resposta à Pergunta 2: A regra é clara, de que não poderá ser incluída rubrica de reserva técnica na proposta, conforme estabelecido no edital. Tal entendimento também é apoiado pelo TCU, por meio de vários acórdãos, de maneira a não onerar, injustificadamente, o erário. No entanto, conforme consta também no edital há exceção: “exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário). Ressalta-se a expressão “no que couber” no termo de referência no item 8.1.8: “ 8.1.8. Ressalvados



os bens da Contratante destinados à prestação dos serviços, caso ocorra a necessidade de materiais, utensílios ou equipamentos específicos às categorias profissionais, não listados neste termo de referência, mas imprescindíveis para a fiel execução contratual, a Contratada deverá suprir imediatamente, no que concerne ao tipo ou quantidade, no que couber, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado; É importante também ressaltar que no TR consta uma relação de bens e materiais que são essenciais para a prestação dos serviços, e que foram resultado de amplo estudo e análise pela administração. Mas, caso haja alguma situação excepcional, durante a execução do contrato, e que surja a necessidade do uso de um equipamento não listado, a empresa deverá ter condições para fornecer. Assim, fica a cargo da licitante a ANÁLISE e, se couber, justificativa LEGAL se, se enquadra ou não, à sua proposta.

2.3. Feitos os esclarecimentos, esta equipe divulgará na íntegra as solicitações recebidas, bem como o arquivo editável da planilha de custos para acesso a todas as licitantes, através da página de informações da referida licitação em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/4558-edital-pregao-eletronico-n-22-2022-srp-contratacao-de-servico-de-prestacao-de-limpeza-e-conservacao>.

2.4. Desta forma feitos os devidos esclarecimentos e não sendo verificada nenhuma informação que viesse comprometer a lisura do certame, o Pregoeiro decide por prosseguir com o certame.

2.5. É a decisão.

Em, 17 de novembro de 2022.

**LORENZO MONTEIRO ANAISSE**  
Pregoeiro



Departamento de Licitações e Contratos &lt;delic.reitoria@ifap.edu.br&gt;

**Re: SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO nº 02 REF. AO EDITAL Nº 22/2022 REITORIA/IFAP Pregão Eletrônico SRP.**

1 mensagem

Diretoria de Administração &lt;diadm@ifap.edu.br&gt;

17 de novembro de 2022 07:34

Para: Departamento de Licitações e Contratos &lt;delic.reitoria@ifap.edu.br&gt;

Prezados,

Segue manifestação do planejamento da contestação :

1. O edital e seus anexos não fazem referência a percentual de depreciação, sendo um controle próprio da contratada, quanto aos seus equipamentos.

A exigência é a entrega de equipamentos novos e de primeiro uso, tendo em vista que o custo estimado constante no termo de referência para materiais e equipamentos, corresponde a pesquisa de mercado para bens novos.

2. A regra é clara, de que não poderá ser incluída rubrica de reserva técnica na proposta, conforme estabelecido no edital. Tal entendimento também é apoiado pelo TCU, por meio de vários acórdãos, de maneira a não onerar, injustificadamente, o erário.

No entanto, conforme consta também no edital há exceção: "exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 – Plenário).

Ressalta-se a expressão "no que couber" no termo de referência no item 8.1.8:

"8.1.8. Ressalvados os bens da Contratante destinados à prestação dos serviços, caso ocorra a necessidade de materiais, utensílios ou equipamentos específicos às categorias profissionais, não listados neste termo de referência, mas imprescindíveis para a fiel execução contratual, a Contratada deverá suprir imediatamente, no que concerne ao tipo ou quantidade, **no que couber**, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado;

É importante também ressaltar que no TR consta uma relação de bens e materiais que são essenciais para a prestação dos serviços, e que foram resultado de amplo estudo e análise pela administração. Mas, caso haja alguma situação excepcional, durante a execução do contrato, e que surja a necessidade do uso de um equipamento não listado, a empresa deverá ter condições para fornecer.

Assim, fica a cargo da licitante a ANÁLISE e, se couber, justificativa LEGAL se, se enquadra ou não , à sua proposta.

Atenciosamente ,

Em qua., 16 de nov. de 2022 às 17:13, Departamento de Licitações e Contratos <delic.reitoria@ifap.edu.br> escreveu:

Solicitamos sua manifestação ao pedido de esclarecimento

----- Forwarded message -----

De: **GIBSON REGIO** <servicos.com.ap@hotmail.com>

Date: qua., 16 de nov. de 2022 às 16:05

Subject: SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO nº 02 REF. AO EDITAL Nº 22/2022 REITORIA/IFAP Pregão Eletrônico SRP.

To: Departamento de Licitações e Contratos <delic.reitoria@ifap.edu.br>

O item 9.1.17 do Termo de Referência, determina que os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso.

PERGUNTA-SE: Qual será o percentual de depreciação utilizado para esses equipamentos? Para que haja isonomia entre as propostas dos licitantes?

O Edital no seu item 8.5 veda expressamente a inclusão da rubrica RESERVA TÉCNICA, porém no TR no item 9.1.18 informa que eventual falta de material ou equipamento imprescindível, não discriminado pela ADMINISTRAÇÃO, deverá ser imediatamente suprida, pela alocação de reserva técnica.

PERGUNTA-SE: Poderá ser incluída ou não a rubrica concernente a RESERVA TÉCNICA, com a finalidade de suprir a falta de equipamentos não discriminados pela Administração? E se inclusa essa rubrica, qual o percentual máximo permitido, uma vez que o atendimento da referida falta de equipamento será uma situação do acaso.

Espero o retorno mais em breve possível, agradecemos desde já.

Atenciosamente,

Ronan Gibson  
Gerente Administrativo  
GIBSON & REGIO LTDA - EPP

--

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DELIC/PROAD/REITORIA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP  
Telefone: (96) 3198-2150 - ramal: 2027 / (96) 3198-2160 - ramal: 2033

--

**Diretoria de Administração - DIADM**

Pró-Reitoria de Administração - PROAD  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP



Telefone: (96) 3198-2159